

DOI: 10.36562/rpc.v10i1.166

Disponível em: https://crcpa.org.br/revistaparaense/index.php/crcpa

IFRS S1 e S2: Avanço na Qualidade das Informações Contábeis?

Nayara de Nazaré Brasil Salgado

Mestranda em Contabilidade pela Universidade Federal do Pará (UFPA)
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, Brasil
ORCID : https://orcid.org/0000-0003-4253-576X2
E-mail: nayarabrasil49@gmail.com

Paulo Vitor Souza de Souza

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Avenida Pref. Lothário Meissner, 632 – Jardim Botânico, Curitiba – PR, Brasil
ORCID : https://orcid.org/0000-0001-5746-1746
E-mail: paulovsouza@ufpr.br

Allison Manoel de Sousa

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Pará (UFPA)
Rua Augusto Corrêa, 1 - Guamá, Belém - PA, Brasil
ORCID : https://orcid.org/0000-0002-5959-6078
E-mail: allisonsousa@ufpa.br

RESUMO

O objetivo deste ensaio foi discutir a padronização na linguagem contábil relacionada à sustentabilidade e refletir sobre a melhoria potencial da qualidade informacional dos relatórios financeiros a partir da implantação das normas IFRS S1 e S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Essas normas abordam a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com ênfase na comparabilidade e transparência. A IFRS S1 foca nos requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras sustentáveis, enquanto a IFRS S2 tem foco nas questões climáticas. A pesquisa destaca a importância de integrar as práticas socioambientais na estratégia corporativa, beneficiando a reputação e reduzindo custos de capital, além de atrair investidores ESG. Considerando a lente teórica da Teoria da Sinalização, pode-se afirmar que relatórios financeiros de qualidade tendem a reduzir a assimetria informacional e poderiam promover aumento do nível de confiança entre empresas e seus stakeholders. Apesar dos benefícios percebidos, a implementação enfrenta desafios relacionados à conciliação entre as diferentes abordagens de materialidade, notadamente entre as normas IFRS. Esses desafios estão relacionados às visões distintas adotadas até então pelas normas internacionais de contabilidade que vislumbram a materialidade a partir de uma ótica financeira, enquanto as diretrizes do GRI possuem perspectivas mais associadas aos impactos sociais e ambientais. A



Revista Paraense de Contabilidade © 2024 by Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará is licensed under CC BY 4.0. To view a copy of this license, visit http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/



HISTÓRICO: Recebido em: 18/12/2024. **Revisado por pares** em 10/01/2025. **Reformulado** em: 11/01/2025. **Aprovado em**: 20/01/2025. **Publicado em** 22/01/2025.

Editor Responsável: MAM. Processo de Avaliação: Double Blind Review – OJS. Editado em Português. Versão original em Português.

pesquisa conclui que, embora as normas IFRS S1 e S2 promovam melhorias na qualidade informacional, sua abordagem limitada à materialidade financeira pode restringir seu alcance, favorecendo principalmente investidores e levantando questões sobre o equilíbrio entre comparabilidade e materialidade em relatórios de sustentabilidade.

Palavras-Chave: Qualidade de Informações Contábeis. Sustentabilidade. *Reporting* Corporativo. Relatórios Financeiros. ISSB.

ABSTRACT

The objective of this essay was to discuss the standardization of accounting language related to sustainability and to reflect on the potential improvement in the informational quality of financial reports following the implementation of IFRS S1 and S2 standards, issued by the International Sustainability Standards Board (ISSB). These standards address the disclosure of sustainability-related financial information, emphasizing comparability and transparency. IFRS S1 focuses on general requirements for the disclosure of sustainability-related financial information, while IFRS S2 concentrates on climate-related issues. The research highlights the importance of integrating socio-environmental practices into corporate strategy, benefiting reputation, reducing capital costs, and attracting ESG investors. Considering the theoretical lens of Signaling Theory, it can be stated that high-quality financial reports tend to reduce informational asymmetry and could promote increased trust between companies and their stakeholders. Despite the perceived benefits, implementation faces challenges related to reconciling different approaches to materiality, particularly between IFRS standards. These challenges stem from the distinct perspectives adopted thus far by international accounting standards, which view materiality through a financial lens, whereas the GRI guidelines adopt perspectives more associated with social and environmental impacts. The research concludes that, although IFRS S1 and S2 standards promote improvements in informational quality, their approach limited to financial materiality may restrict their scope, primarily benefiting investors and raising questions about the balance between comparability and materiality in sustainability reporting.

Keywords: Quality of Accounting Information. Sustainability. Corporate Reporting. Financial Reports. ISSB.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a sustentabilidade foi compreendida a partir da abordagem do triple bottom line no qual o desempenho empresarial deveria considerar as três dimensões: ambiental, econômica e social (Leal et al., 2023). Tal abordagem é percebida pelas iniciativas de metas para contribuir com o desenvolvimento sustentável. Dentre as iniciativas, tem-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estão incluídos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), visando assim o desenvolvimento socioeconômico do mundo (Dirie et al., 2023). Esses objetivos expressam a urgência para adoção de medidas que promovam o bem-estar social como também a proteção do meio ambiente por meio do combate as mudanças climáticas e preservação da biodiversidade (Dirie et al., 2023; Russell-Bennett et al., 2024). Além disso, a preocupação com a sustentabilidade abarca todos os países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento, para que colaborem no alcance do cumprimento dos ODS (Dirie et al., 2023; Russell-Bennett et al., 2024). Dessa maneira, em um escopo diferenciado quando comparado com os objetivos de desenvolvimento do Milênio, pois se destinavam apenas aos países em desenvolvimento (Russel-Bennett et al., 2024).

Neste contexto, é notório que os interesses das pessoas estão sendo alterados à medida que os desafios impostos pelas mudanças climáticas são enfrentados de maneira global, de forma conjunta entre diferentes países. Isso fica evidente em grupos específicos de organizações, por exemplo, as que negociam ações nos mercados de capitais. Nesses mercados, os investidores pressionam as empresas a integrarem em suas atividades operacionais práticas associadas às dimensões ambiental, social e de governança com o intuito de divulgar informações de qualidade para auxiliar o processo de tomada de decisões.

A partir do exposto, este ensaio teórico tem como objetivo discutir a padronização na linguagem contábil relacionada à sustentabilidade e refletir sobre a melhoria potencial da qualidade informacional dos relatórios financeiros a partir da implantação das normas IFRS S1 e S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB).

A justificativa para esse ensaio consiste no surgimento das normas de sustentabilidade emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB) da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) *Foundation*. No Brasil, órgãos de contabilidade promoverão a emissão de normas específicas convergentes aos padrões internacionais associados à sustentabilidade.

A resolução CVM nº 193, de outubro de 2023, estabelece que as normas emitidas pelo ISSB serão incorporadas à estrutura regulatória brasileira a partir de 2024, com uso obrigatório para as sociedades anônimas a partir de 2026. Também por essa razão, aprofundar discussões sobre essa temática pode incentivar a realização de estudos futuros. A presente pesquisa pretende contribuir com a literatura para o fortalecimento do mercado de capitais brasileiro, de modo a aumentar a transparência relacionada aos riscos e benefícios inerentes à sustentabilidade e facilitar a atração de capital para investimentos sustentáveis (CVM, 2024).

Para além desta seção introdutória, acrescenta-se mais quatro seções na estrutura deste estudo. A segunda seção refere-se aos benefícios provenientes das práticas sustentáveis; a terceira seção aborda sobre a qualidade da informação e a Teoria da Sinalização; a quarta seção aborda sobre os padrões de sustentabilidade e normas IFRS de sustentabilidade; a quinta seção aborda uma análise crítica; e, por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2. CORPO DO ENSAIO TEÓRICO

2.1 Benefícios provenientes das práticas sustentáveis na sustentabilidade corporativa

Os incentivos para as empresas incluírem práticas socioambientais na estratégia corporativa são provenientes dos benefícios gerados no longo prazo. Chen e Xie (2022) argumentam que a divulgação da adoção de práticas socioambientais promove melhoria quanto ao desempenho financeiro corporativo pela atratividade perante os investidores com foco em sustentabilidade. A influência positiva dessas divulgações socioambientais é percebida pela possibilidade de benefícios gerados no desempenho financeiro e na lucratividade no longo prazo ao ser passível de amenizar os riscos operacionais e incertezas, contribuindo para fomentar a sustentabilidade corporativa (Treepongkaruna & Suttipun, 2024) como também influenciar positivamente o valor de mercado mediado pela capacidade operacional (Zhou et al., 2022).

Essa adoção de práticas socioambientais pelas empresas tende a gerar visibilidade positiva perante os agentes que aplicam recursos financeiros nas firmas. A adoção de práticas ESG, por exemplo, tende a se reverberar positivamente como efeito moderador que amplia o impacto das divulgações no desempenho financeiro, que é cuidadosamente avaliado pelos investidores e credores (Chen & Xie, 2022). A inclusão da análise financeira dos investimentos

considerando práticas que remetem às dimensões ambientais, sociais e de governança tornam tais investimentos atraentes para os agentes que transacionam recursos financeiros com a firma em decorrência da criação de valor para os investidores, acionistas e demais partes interessadas (Pacilli et al., 2022). Além disso, estudos anteriores revelaram que a adoção de práticas ESG em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável está associada a níveis elevados de reputação corporativa (Mazzioni et. al, 2023); a redução do custo de capital (Possebon et al., 2024) tanto na perspectiva do custo de capital próprio (Li et al., 2024) como na perspectiva do custo de capital de terceiros (Zhao et al., 2024).

Diante da necessidade de informações de qualidade para auxiliar os gestores na tomada de decisão, incluir informações relacionadas à sustentabilidade tem sua importância por proporcionar aos usuários da informação contábil visão mais holística da organização. A inclusão das dimensões ambiental, social e de governança se tornam relevantes por nortear as decisões dos gestores para manter a sustentabilidade corporativa (Passos & Campos-Rasera, 2023).

2.2 A qualidade dos relatórios financeiros e a teoria da sinalização

O objetivo dos relatórios financeiros é reportar informações úteis que subsidiem as tomadas de decisões dos usuários externos à firma. Para isso, torna-se necessário que essas informações contenham atributos de qualidade, sendo eles, representação fidedigna, relevância, compreensibilidade, comparabilidade, oportunidade e verificabilidade (Kaawaase et al., 2021).

Quando as empresas reportam relatórios financeiros de qualidade, tende a reduzir a assimetria informacional entre a companhia e seus *stakeholders* que, consequentemente, eleva a relação de confiança entre as partes (Kaawaase et al., 2021). Isso ocorre principalmente porque os investidores e credores buscam encontrar nas demonstrações contábeis qualidade informacional suficiente que possua capacidade de auxiliar na tomada de decisões. Dessa forma, espera-se que as empresas de capital aberto informem com precisão a real situação da companhia ao divulgarem suas demonstrações financeiras (Davis & Garcia-Cestona, 2023) para que os *stakeholders* consigam avaliar mais acuradamente o valor da empresa. Para isso, esses agentes externos da firma exigem que as informações sejam transparentes e de qualidade, caracterizadas pelo modo completo e imparcial de reportar as informações (Duarte et al., 2024).

Nesse contexto, destaca-se a Teoria da Sinalização. Essa lente teórica pode explicar fenômenos relacionados à assimetria informacional nos mercados, principalmente no que tange a forma que esta assimetria pode ser reduzida a partir da emissão da sinalização informações adicionais. Sob a perspectiva da Teoria da Sinalização, a adoção de práticas associadas às dimensões do ESG pode ser um instrumento estratégico para empresas que buscam sinalizar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável (Pizzi et al., 2024). Na busca pela mitigação da assimetria informacional, a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade é capaz de auxiliar os investidores no processo decisório devido a crescente conscientização sobre a necessidade de repensar sobre modelos de negócios tradicionais considerando a incorporação de práticas socioambientais (Pizzi et al., 2024). Ainda que a Teoria da Sinalização tenha sido originada no cenário do mercado de trabalho, é possível estender a aplicação desta lente teórica a qualquer mercado assimétrico (Spence, 1973). Apesar de o mercado de capitais ainda ter consigo níveis de assimetria entre empresas e seus stakeholders, salientamos que este mercado tem sido cada vez mais transparente, especialmente com a crescente e contínua adoção de instrumentos de responsabilização pelas

empresas (Pizzi et al., 2024). Essa elevação no grau de responsabilização está ligada ao aumento da disponibilidade de informações relevantes aos *stakeholders* (Christensen et al., 2021) e a transparência das informações, fomentadas pelos incentivos para aprimoramento dos processos de responsabilização das empresas (Pizzi et al., 2024).

2.3 Padrões de sustentabilidade e Normas IFRS de sustentabilidade

A crescente demanda de integração de dimensões ESG para as organizações torna nítida a busca pela mitigação da assimetria informacional. Essa demanda influenciou na predominância dos relatórios de sustentabilidade em diferentes setores, implicando na elaboração de padrões específicos que visam garantir que as informações relacionadas à sustentabilidade sejam dotadas de qualidade alta (Jorgensen et al., 2022).

São diversificados os padrões existentes, por exemplo, Relato Integrado (RI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e Global Reporting Initiative (GRI). Esses padrões possuem diferenças quanto a materialidade na perspectiva da sustentabilidade. O framework do relato integrado adota a visão de materialidade financeira, excluindo explicitamente a divulgação dos impactos socioambientais das entidades caso não estejam ligadas às consequências financeiras ou econômicas (Setia et al., 2024). A Sustainability Accounting Standards Board (SASB) também possui visão associada à materialidade financeira, entendendo que questões materiais possuem capacidade de afetar financeiramente as empresas de um determinado setor como também o desempenho operacional de uma determinada organização (Jorgensen et al., 2022). Na contramão, o Global Reporting Initiative (GRI) considera que a informação material é aquela capaz de influenciar na criação, preservação ou corrosão do valor econômico, ambiental e social a si mesmas, aos seus stakeholders e a sociedade como um todo (Jorgensen et al., 2022).

Diante da complexidade e fragmentação de divulgação sobre sustentabilidade, demandou-se a necessidade de uma linha de base global para os mercados de capitais. Isso ocorreu em decorrência da implementação de práticas ESG afetar o valor da firma e, consequentemente, fazendo com que as empresas reportassem informações de qualidade alta em seus relatórios para fundamentar o processo decisório dos investidores.

Para superar as dificuldades de comparabilidade provenientes da variedade de padrões existentes, o *Financial Reporting Standards* (IFRS) Foundation, na COP26 em Glasgow, fomentou a criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) para gerar uma linguagem global de relatórios a fim de que as informações de sustentabilidade reportadas pelas empresas sejam comparáveis (IFRS, 2024). Inicialmente, foram emitidas as normas IFRS S1 e S2. A IFRS S1 se refere aos requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade; e a IFRS S2 refere-se às divulgações relacionadas ao clima. Ambas possibilitam que os investidores analisem as empresas nos aspectos de sustentabilidade de seus negócios, efeitos dos impactos climáticos na sua operacionalização e ativos, e sua relação com as demonstrações financeiras (DELOITTE, 2024).

Diante disso e considerando o posicionamento das normas IFRS (2024), acredita-se que o desenvolvimento de padrões de abrangência global com linguagem comum possibilitaria que as divulgações de sustentabilidade sejam comparáveis e consistentes em todos os mercados de capitais globais. Isso ganha mais destaque porque a comparabilidade é uma característica qualitativa de melhoria da utilidade da informação contábil, possibilitando identificar similaridades entre pelo menos dois itens entre empresas distintas ou de uma determinada mesma empresa em períodos diferentes (CPC00[R2], 2019).

2.4 Análise crítica da comparabilidade x materialidade em relatórios de sustentabilidade

Existe crescente exigência de informações para dar suporte aos investidores na tomada de decisões de investimento (IFRS, 2024) com níveis superiores de comparabilidade (CPC00[R2], 2019). A proliferação de abordagens distintas acerca da materialidade impacta significativamente a padronização dos relatórios, tornando crítica a meta dos formuladores de política e normatizadores internacionais (Pizzi et al., 2023). Porém, mesmo com a busca por uma uniformidade global na linguagem dos relatórios, é percebido que o ISSB adota, em seus relatórios de sustentabilidade, abordagem metodológica fundamentada na materialidade financeira (Pizzi et al., 2023).

A IFRS Foundation propõe auxiliar as empresas a identificarem e divulgarem informações materiais sobre oportunidades e riscos relacionados à sustentabilidade que poderiam razoavelmente afetar seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital em curto, médio ou longo prazos (IFRS, 2024). Portanto, a padronização proposta pelo IFRS busca atender a demanda de algumas partes interessadas, aprimorando o diálogo investidor-empresa para que os investidores recebam divulgações relacionadas à sustentabilidade, globalmente comparáveis e úteis para decisões que atendam às suas necessidades de informação (IFRS, 2024).

Não se desconsidera o aprimoramento na qualidade das informações reportadas aos usuários pelas normas internacionais, porém, ainda permanece a tensão diante das abordagens metodológicas adotadas para materialidade. Korca et al. (2023) descrevem que a comparabilidade pode interagir melhor com a materialidade financeira do que em relação à materialidade de impacto resultante dos engajamentos dos *stakeholders*. Essas abordagens não são excludentes entre si, mas sim paralelas, ainda mais que a falta de clareza quanto à abordagem implícita dos conceitos de materialidade pode afetar negativamente nas decisões dos usuários (Jorgensen et al., 2022).

Além disso, a visão centralizada na criação de comparabilidade pelos definidores de padrões possibilita o impedimento da aplicação adequada do princípio de materialidade e, consequentemente, levar os relatórios que atendem a propósitos de avaliação (para utilidade de decisão e monitoramento) em vez de propósitos de responsabilização (Korca et al., 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crescente necessidade dos investidores por informações relacionadas à sustentabilidade, os Padrões de Sustentabilidade IFRS são desenvolvidos para aprimorar o diálogo investidor-empresa para que os investidores recebam divulgações relacionadas à sustentabilidade, globalmente comparáveis e úteis para decisões que atendam às suas necessidades de informação (IFRS, 2024). Baseado nisso, esse ensaio teórico teve como objetivo discutir sobre a padronização na linguagem contábil relacionada à sustentabilidade e refletir sobre a melhoria potencial da qualidade informacional dos relatórios financeiros a partir da implantação das normas IFRS S1 e S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB).

Destaca-se que, mesmo com a busca pela padronização da linguagem global relacionado a sustentabilidade, as diferentes perspectivas acerca da sustentabilidade podem gerar questões materiais diferentes. Portanto, é possível que as IFRS S1 e S2 promovam melhorias quanto a qualidade da informação para alicerçar a tomada de decisões de agentes que transacionam recursos com a firma, porém, limitada pela abordagem de materialidade

financeira atualmente adotada, atendendo a *stakeholders* específicos, no caso, os investidores.

Este ensaio apresenta algumas contribuições à literatura. Em primeiro lugar, destacase a discussão sobre a padronização da linguagem contábil em sustentabilidade, abordando a implementação das normas IFRS S1 e S2. Essas normas representam um avanço na harmonização das divulgações de informações relacionadas à sustentabilidade, fomentando maior comparabilidade e consistência nos relatórios financeiros. A avaliação dos efeitos produzidos pela IFRS S1 e S2 no mercado de capitais brasileiro, com foco na transparência e na facilitação de investimentos sustentáveis, também evidencia a relevância deste estudo para o fortalecimento do ambiente empresarial e a atração de capital direcionado ao desenvolvimento sustentável.

Além disso, o ensaio contribui em termos teóricos ao integrar a Teoria da Sinalização na análise da qualidade das informações contábeis, ressaltando sua importância para mitigar a assimetria informacional e reforçar a confiança entre empresas e *stakeholders*. A partir da adoção de práticas ESG e do alinhamento às diretrizes dos ODSs, o trabalho fornece reflexões sobre como as empresas podem utilizar essas ferramentas para demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade, fortalecer sua reputação corporativa e aprimorar o processo decisório dos investidores. Assim, o estudo oferece um panorama abrangente das transformações necessárias para alinhar o mercado financeiro aos desafios globais da sustentabilidade.

Como limitações, tem-se que este estudo é embrionário ao apresentar um panorama que liga as temáticas de práticas de sustentabilidade e qualidade da informação, podendo o uso do ensaio teórico como abordagem de pesquisa, não representar a totalidade de discussões sobre a temática. Porém, tem-se como principal contribuição deste modelo de pesquisa a integração de literaturas que podem direcionar leitores a avanços e discussões incrementais, mediante pesquisas aplicadas. Para estudos futuros, sugere-se a realização de estudos que buscam avaliar os efeitos proporcionados pela adoção de práticas de sustentabilidade pelas empresas em componentes da qualidade da informação contábil.

REFERÊNCIAS

Chen, Z., & Xie, G. (2022). ESG disclosure and financial performance: Moderating role of ESG investors. International Review of Financial Analysis, 83, 102291.

Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2021). Mandatory CSR and sustainability reporting: Economic analysis and literature review. Review of accounting studies, 26(3), 1176-1248. https://doi.org/10.1007/S11142-021-09609-5

CPC 00 (R2) (2019). Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. https://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80

CVM (2024). Brasil é o 1º país no mundo a adotar relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade emitida pelo ISSB. https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2023/brasil-e-1o-pais-no-mundo-a-adotar-relatorio-de-informacoes-financeiras-relacionadas-a-sustentabilidade-emitidas-pelo-issb

Davis, J. G., & Garcia-Cestona, M. (2023). CEO age, financial reporting quality, and the role of clawback provisions. Journal of Financial Reporting and Accounting. https://doi.org/10.1108/JFRA-04-2023-0176

Deloitte (2024). Entenda as normas IFRS S1 e S2.

https://www.deloitte.com/br/pt/services/audit-assurance/perspectives/normas-sustentabilidade-fatores-climaticos.html

Dirie, K. A., Alam, M. M., & Maamor, S. (2023). Islamic social finance for achieving sustainable development goals: a systematic literature review and future research agenda. International Journal of Ethics and Systems, 40(4), 676-698. https://doi.org/10.1108/IJOES-12-2022-0317

Duarte, A. F., Lisboa, I., & Carreira, P. (2024). Does earnings quality impact firms' performance? The case of Portuguese SMEs from the mold sector. Journal of Financial Reporting and Accounting, 22(4), 894-916. https://doi.org/10.1108/JFRA-12-2021-0444

IFRS (2024), Sustainability-related risks and opportunities and the disclosure of material information. https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2024/11/ifrs-foundation-publishes-guide-companies-sustainability-risks-opportunities/

IFRS (2024), Sustentabilidade IFRS. https://www.ifrs.org/

Jørgensen, S., Mjøs, A., & Pedersen, L. J. T. (2022). Sustainability reporting and approaches to materiality: Tensions and potential resolutions. Sustainability Accounting, Management and Policy Journal, 13(2), 341-361. https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2021-0009

Kaawaase, T. K., Nairuba, C., Akankunda, B., & Bananuka, J. (2021). Corporate governance, internal audit quality and financial reporting quality of financial institutions. Asian Journal of Accounting Research, 6(3), 348. https://doi.org/10.1108/AJAR-11-2020-0117

Korca, B., Costa, E., & Bouten, L. (2023). Disentangling the concept of comparability in sustainability reporting. Sustainability Accounting, Management and Policy Journal, 14(4), 815-851. https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2022-0284

Leal Filho, W., Trevisan, L. V., Eustachio, J. H. P. P., Dibbern, T., Apraiz, J. C., Rampasso, I., ... & Lambrechts, W. (2023). Sustainable supply chain management and the UN sustainable development goals: Exploring synergies towards sustainable development. The TQM journal, (ahead-of-print). https://doi.org/10.1108/TQM-04-2023-0114

Li, Y., Zhao, Y., Ye, C., Li, X., & Tao, Y. (2024). ESG ratings and the cost of equity capital in China. Energy Economics, 107685. https://doi.org/10.1016/j.eneco.2024.107685

Mazzioni, S., Ascari, C., Rodolfo, N. M., & Dal Magro, C. B. (2023). Reflexos das práticas ESG e da adesão aos ODS na reputação corporativa e no valor de mercado. Revista Gestão Organizacional, 16(3), 59-77.https://doi.org/10.22277/rgo.v16i3.7394

Pacilli, V., Pampurini, F. & Quaranta, AG (2022), Investimento ambiental, social e de governança: a classificação importa?. Estratégia Empresarial e Meio Ambiente, 32(1), 30-41. https://doi.org/10.1002/bse.3116

Passos, G. D. A., & Campos-Rasera, P. P. D. (2024). As controvérsias ESG influenciam o valor das empresas? Uma análise com dados longitudinais em diferentes países. BBR. Brazilian Business Review, 21, e20221326. https://doi.org/10.15728/bbr.2022.1326.pt

Pizzi, S., Caputo, F., & De Nuccio, E. (2024). Do sustainability reporting standards affect analysts' forecast accuracy?. Sustainability Accounting, Management and Policy Journal, 15(2), 330-354. https://doi.org/10.1108/SAMPJ-04-2023-0227

Pizzi, S., Principale, S., & De Nuccio, E. (2023). Material sustainability information and reporting standards. Exploring the differences between GRI and SASB. Meditari Accountancy Research, 31(6), 1654-1674. https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2021-1486

Possebon, E. A. G., Cippiciani, F. A., Savoia, J. R. F., & de Mariz, F. (2024). Esg scores and performance in brazilian public companies. Sustainability, 16(13), 5650. https://doi.org/10.3390/su16135650

Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023 (2023). Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionado à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board-ISSB. https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html

Russell-Bennett, R., Rosenbaum, M. S., Fisk, R. P., & Raciti, M. M. (2024). SDG editorial: improving life on planet earth—a call to action for service research to achieve the sustainable development goals (SDGs). Journal of Services Marketing, 38(2), 145-152. https://doi.org/10.1108/JSM-11-2023-0425

Setia, N., Abhayawansa, S., Joshi, M., & Wasantha Pathiranage, N. (2024). Shifting perspectives: unveiling the dual nature of sustainability materiality in integrated reports. Meditari Accountancy Research. https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2023-2128

Spence, M. (1973). Job market signaling. Quarterly Journal of Economics, 87, 355-374. https://doi.org/10.2307/1882010

Treepongkaruna, S., & Suttipun, M. (2024). The impact of environmental, social and governance (ESG) reporting on corporate profitability: evidence from Thailand. Journal of Financial Reporting and Accounting. https://doi.org/10.1108/JFRA-09-2023-0555

Zhao, Y., Gao, Y., & Hong, D. (2024). Sustainable Innovation and Economic Resilience: Deciphering ESG Ratings' Role in Lowering Debt Financing Costs. Journal of the Knowledge Economy, 1-35. https://doi.org/10.1007/s13132-024-02129-y

Zhou, G., Liu, L., & Luo, S. (2022). Sustainable development, ESG performance and company market value: Mediating effect of financial performance. Business Strategy and the Environment, 31(7), 3371–3387. https://doi.org/10.1002/bse.3089